

Convite

CONSULTA PRÉVIA
alínea c) do n.º I do artigo 20.º do CCP

“Aquisição de um Lidar Terrestre”

N.º de Procedimento: 78/NCP/2024



INSTITUTO
SUPERIOR DE
AGRONOMIA
Universidade de Lisboa

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

O **INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (ISA)**, com morada na Tapada da Ajuda 1349-017 Lisboa, pessoa coletiva n.º 505 869 721, na qualidade de entidade adjudicante, convida V.Exas. a apresentar proposta, no âmbito de procedimento de **CONSULTA PRÉVIA**, com fundamento na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, para a celebração de contrato de fornecimento de um **“Lidar Terrestre”**, nos termos e condições constantes do Caderno de Encargos.

I Informa-se que:

- I.1 A decisão de contratar foi tomada pelo Sr. Presidente do ISA, por despacho datado de 16/01/2025, exarado a coberto da Informação de Serviço n.º 04/NCP/2025, de 15/01/2025, no exercício de competência própria que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 08 de junho.
- I.2 A escolha do procedimento de Consulta prévia fundamenta-se na alínea c), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- I.3 A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003 da Comissão, de 16 de dezembro de 2003 e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, com o **Código CPV - 39300000-5: Serviços diversos**.
- I.4 Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e os convidados, na fase de formação do contrato, incluindo a apresentação dos documentos da proposta e

documentos de habilitação, serão efetuadas através da plataforma eletrónica “ACINGOV”, disponível em <https://www.acingov.pt>.

2 Esclarecimentos, retificações e alteração às peças do procedimento:

- 2.1 Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pela entidade convidada, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, e no mesmo prazo, querendo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, designadamente, no que respeita aos elementos referidos nas alíneas do n.º 2. do artigo 50.º do CCP.
- 2.2 Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pelo júri do procedimento, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação dos documentos da proposta.
- 2.3 O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação dos documentos da proposta não sejam por ele expressamente aceites.
- 2.4 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

3 Prazo de apresentação dos documentos da proposta:

- 3.1 A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 3.2 A proposta bem como todos os documentos que a constituem, deve ser apresentada até às **23h59m do dia 21/01/2025, através da plataforma eletrónica “ACINGOV”,** disponível em <https://www.acingov.pt>.

4 Documentos da proposta

- 4.1 A proposta deve, **sob pena de exclusão**, ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, em conformidade com o modelo a que se refere a alínea a) do n.º 1.º do art.º 57.º do CCP (cfr. Anexo I do presente Convite);
 - b) **Proposta comercial**, contendo os atributos da proposta, nomeadamente o preço unitário de cada item, bem como o preço global total sem IVA incluído;
 - c) **Prazo de garantia integral dos bens a fornecer**, em anos completos, de acordo com a legislação em vigor;
 - d) **Prazo de entrega da totalidade dos bens**, em dias de calendário e a contar a partir do dia seguinte ao dia em que for recebida pelo fornecedor a nota de encomenda emitida pelo ISA;
 - e) **Memória descritiva de todos os bens que integram o Caderno de Encargos**, com a indicação:
 - i. do fabricante;
 - ii. da marca;
 - iii. do modelo, e;
 - iv. de todas as especificações técnicas e funcionais necessárias para atestar o cumprimento dos requisitos mínimos previstos no Caderno de Encargos.
 - f) **Indicação da taxa legal do IVA a acrescentar ao preço**;
 - g) **Prazo de validade da proposta** (não inferior a 90 dias);
 - h) Documento(s) que ateste(m) a **capacidade de quem assina os documentos referidos nas alíneas anteriores**, para obrigar e vincular a empresa, nomeadamente, **cópia da certidão permanente da empresa ou o seu código de acesso online**, ou qualquer outro documento legalmente admissível que comprove a sua capacidade;
 - i) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento e boa interpretação da mesma.
- 4.2 A proposta e todos os documentos que a constituem, deve ser assinada eletronicamente de acordo com a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função ou poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter um documento institucional indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

- 4.3 Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos concorrentes nos termos do artigo 66.º do CCP.

5 Idioma dos documentos da proposta:

- 5.1 Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou no caso de tal não ser possível, acompanhados da devida tradução legalizada, salvo no que respeita a documentação de carácter eminentemente técnico, nomeadamente catálogos, certificados, referências, manuais técnicos e similares, que poderão ser apresentados na língua inglesa.

6 Propostas Variantes:

- 6.1 Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
- 6.2 São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

7 Indicação do preço:

- 7.1 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 7.2 Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 7.3 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

8 Prazo da obrigação de manutenção das propostas:

- 8.1 Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

9 Análise das propostas:

- 9.1 As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições.
- 9.2 São excluídas as propostas que se encontrem nas condições referidas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP, bem como as que não sejam constituídas por todos os documentos indicados no presente convite.
- 9.3 É também motivo de exclusão da proposta a não prestação dos esclarecimentos à proposta, solicitados pela entidade adjudicante, dentro do prazo fixado para o efeito.
- 9.4 São excluídas ainda as propostas que não sejam assinadas pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

10 Esclarecimentos sobre as propostas:

- 10.1 A entidade adjudicante pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas, fixando prazo para a sua apresentação.
- 10.2 Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão.

11 Negociação:

- 11.1 As propostas não serão objeto de negociação.

12 Preço Base:

- 12.1 O preço base é de **20.000,00 € (vinte mil euros)**, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

13 Critério de Adjudicação:

- 13.1 O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada através da modalidade de monofator, densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, nomeadamente o preço.

14 Critério de desempate

- 14.1 Em caso de empate entre as propostas apresentadas, o desempate será efetuado por sorteio, o qual será realizado na presença do júri, com o representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.
- 14.2 Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local do sorteio com a antecedência mínima de 3 (três) dias. Os concorrentes deverão apresentar-se munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.
- 14.3 Não constituindo fundamento de adiamento a não comparência de algum dos representantes dos concorrentes.

15 Documentos de habilitação:

- 15.1 Após a notificação da adjudicação, o adjudicatário deve apresentar, sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, no prazo de até 5 (cinco) dias:
- Declaração emitida conforme modelo constante da alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP (**cfr. Anexo II do presente Convite**);
 - Documento comprovativo de que tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Documento comprovativo de que tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP (certificado de registo criminal da empresa e de

todos os titulares do órgão social de administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções ou, em alternativa, indicação da chave móvel digital/código de consulta no Portal Registo Criminal online dos mesmos);

- e. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso;
- f. Identificação dos representantes legais do adjudicatário com poderes para outorgar o contrato, tais como: nome, número de cartão de cidadão e validade, bem como o número de identificação fiscal;

15.2 A entidade adjudicante pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando prazo para o efeito.

15.3 O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado por um período não superior a 5 (cinco) dias, por uma única vez, por solicitação devidamente fundamentada do adjudicatário, devendo ser formulada ao órgão competente para a decisão de contratar.

15.4 A entidade adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos apresentados na plataforma eletrónica.

15.5 Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

15.6 O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 2 (dois) dias úteis.

16 Caução:

16.1 Não é exigida a prestação de caução.

16.2 Quando, no caso previsto no número anterior, não tenha sido exigida a prestação de caução, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de

até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar, desde que tal faculdade seja prevista no caderno de encargos.

17 Adiantamentos de preço

17.1 Não são admitidos adiantamentos do preço contratual.

18 Redução do contrato a escrito:

18.1 Salvo nos casos previstos no artigo 95.º do CCP, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de clausulado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas.

18.2 As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

19 Aceitação da minuta do contrato:

19.1 A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à notificação.

19.2 As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.

20 Identificação do órgão de recurso administrativo e prazo:

20.1 O órgão de recurso administrativo do presente procedimento é o Presidente do Instituto Superior de Agronomia.

20.2 O prazo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias.

21 Legislação aplicável:

- 21.1 Ao presente procedimento e em tudo o que se considerar omissa e/ou que não esteja especialmente previsto no presente convite, incluindo os seus anexos, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, retificado pelas Declarações de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, e n.º 42/2017, de 30 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 07 de novembro.

O Núcleo de Contratação e Património

ANEXO I - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP]

1. **(nome, número de documento de identificação e morada)**, na qualidade de representante legal de (1) **(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)**, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar relativo à **(objeto do procedimento)** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a. ...
 - b. ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º I e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP]

1. **(nome, número de documento de identificação e morada)**, na qualidade de representante legal de (1)..... **(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)**, adjudicatário(a) no procedimento relativo a **(objeto do procedimento)**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.